



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 6 de fevereiro de 2017

I

Série

Número 25

Sumário

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução n.º 44/2017

Autoriza a revogação, por mútuo acordo, do “Contrato de Concessão da Zona Franca da Madeira”, celebrado entre a Região e a sociedade denominada SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A..

Resolução n.º 45/2017

Mandata o Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública para, em representação da Região, participar na reunião da Assembleia Geral da sociedade denominada Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A..

Resolução n.º 46/2017

Adjudica a concessão de serviço público denominada “Administração e Exploração da Zona Franca da Madeira ou Centro Internacional de Negócios da Madeira” à sociedade denominada SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A..

Resolução n.º 47/2017

Dá parecer positivo à proposta de alteração do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM 2020), aprovada por consulta escrita no âmbito do Comité de Acompanhamento do PRODERAM 2020 de 29 de dezembro de 2016 e aprovada por Decisão de Execução da Comissão Europeia C (2017) 652 final de 30 de janeiro de 2017.

Resolução n.º 48/2017

Aprova um voto de congratulação à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia, bem como a todos os intervenientes das diversas instâncias a nível regional, nacional e europeu que no processo de negociação conseguiram a aprovação de decisivos mecanismos de defesa da banana europeia e por conseguinte a manutenção dos postos de trabalho dos produtores.

Resolução n.º 49/2017

Aprova a proposta de decreto legislativo regional que procede à 1.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M, de 6 de maio, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

Resolução n.º 50/2017

Mandata a Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, Dra. Susana Luísa Rodrigues Nascimento Prada e o Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, Licenciado Duarte Nuno Nunes de Freitas para, em representação da Região, participarem na reunião da Assembleia Geral da sociedade denominada ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A..

Resolução n.º 51/2017

Viabiliza a proposta de remodelação e ampliação de um empreendimento turístico sito à Rua Baden Powell, Caniço de Baixo, pela sociedade denominada LUCULLUMAR Sociedade Hoteleira e Turismo, S.A., a classificar como Hotel, na categoria de quatro estrelas com capacidade máxima de 78 quartos/156 camas.

lhos da convocatória que se anexa, a qual faz parte integrante da presente Resolução e que fica arquivada na Secretaria - Geral da Presidência.

Presidência do Governo Regional. O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque.

Resolução n.º 46/2017

Considerando que pela Resolução n.º 811/2016, de 10 de novembro, do Conselho do Governo, foi resolvido dar início ao procedimento de contratação para a concessão de serviço público denominada “Administração e Exploração da Zona Franca da Madeira ou Centro Internacional de Negócios da Madeira”, e adotar o procedimento concursal do ajuste direto, ao abrigo do n.º 3 do artigo 31.º e artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos, através de convite à SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.;

Considerando que na sequência de convite de 25 de novembro de 2016, a SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A., em conformidade, apresentou proposta a 28 de dezembro de 2016;

Considerando que a SDM-Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A., é a mesma entidade concessionária, e que, por força do anterior contrato, as instalações, infraestruturas e equipamentos afetos à Zona Franca da Madeira, apesar de se considerarem revertidos e entregues à Região Autónoma da Madeira, sem dependência de qualquer formalidade, se manterão, para todos os efeitos, no futuro, na sua posse.

O Conselho do Governo reunido em plenário em 2 de fevereiro de 2017, resolveu:

- 1 - Adjudicar a concessão de serviço público denominada “Administração e Exploração da Zona Franca da Madeira ou Centro Internacional de Negócios da Madeira” à SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A., de acordo com a proposta apresentada a 28 de dezembro de 2016.
- 2 - Definir que as instalações, infraestruturas e equipamentos afetos à Zona Franca Industrial manter-se-ão, para todos os efeitos, na posse da concessionária SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A., sem dependência de quaisquer formalidades, a fim de assegurar o funcionamento e desenvolvimento contínuos do CINM e nos termos do novo contrato de concessão.
- 3 - Aprovar a minuta do contrato escrito que titula a mencionada concessão, cujo original fica arquivado na Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional.
- 4 - Delegar as competências para outorgar o contrato, e proceder à prática de todos os atos relacionados, no Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública.

Presidência do Governo Regional. O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque.

Resolução n.º 47/2017

Considerando que o artigo 30.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece as disposições comuns

relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, bem como as disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas prevê a apresentação de pedidos de alteração dos programas pelos Estados-Membros;

Considerando que o artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) dispõe sobre a alteração dos programas de desenvolvimento rural;

Considerando que o artigo 4.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão de 17 de julho, que estabelece normas de execução do Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), alterado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/669 da Comissão de 28 de abril, clarifica os tipos de alteração aos programas de desenvolvimento rural que podem ser propostos durante o período de programação;

Considerando que, o Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), que inclui, entre outros, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e os respetivos programas de desenvolvimento rural (PDR), para o período de 2014-2020 e a estrutura orgânica relativa ao exercício das competências de apoio, monitorização, gestão, acompanhamento e avaliação, certificação, auditoria e controlo, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro;

Considerando que, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, a estruturação operacional do FEADER é constituída por um Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) da Região Autónoma da Madeira, designado de PRODERAM 2020;

Considerando que, o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira para o período 2014-2020, foi aprovado através da Decisão de Execução da Comissão Europeia C (2015) 853 final, de 13 de fevereiro de 2015;

Considerando que é necessário corrigir um conjunto de lapsos de natureza material ou editorial detetados no Programa, bem como proceder a alterações de natureza técnica, nomeadamente:

- a) Alteração da submedida 13.2. - Outras zonas com condicionantes naturais significativas para a submedida 13.3. - Pagamento de compensações a zonas com condicionantes específicas;
- b) Inclusão como possíveis beneficiários na submedida 4.2. - Apoio a investimento na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas dos organismos da Administração Pública Regional;
- c) Correção na Submedida 4.4. - Apoio a investimentos não produtivos da referência à ação 10.1.3. Proteção e reforço da biodiversidade;
- d) Consideração da elegibilidade das despesas efetuadas a partir da data de confirmação dos danos resultantes de catástrofe natural pelas autoridades competentes no que se refere à submedida 5.2. - Restabelecimento do potencial produtivo;

- e) Possibilitar a existência de investimentos em novas plantações de vinha no âmbito da medida 4. - Investimentos em ativos físicos.

Considerando que é necessário proceder a alterações de natureza financeira, nomeadamente:

- a) Reforço das dotações orçamentais da submedida 5.2. - Restabelecimento do potencial produtivo e da medida 11 - Agricultura Biológica por forma a dar resposta à execução expeável, tendo em consideração as candidaturas recebidas;
- b) Redistribuição da dotação adicional prevista ao abrigo do artigo 59.º n.º 4, alínea f) do Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, para as medidas 4, 10, 11 e 13 do PRODERAM 2020, com consequentes alterações do quadro de desempenho e do plano de indicadores.

Considerando que, o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015/M, de 1 de julho, que define as condições de aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira - PRODERAM 2020, determina que sem prejuízo das competências atribuídas à Comissão Interministerial de Coordenação ("CIC Portugal 2020"), previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, a coordenação política do PRODERAM 2020 compete ao Conselho do Governo da Região Autónoma da Madeira;

Considerando ainda que, conforme resulta da alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015/M, de 1 de julho, compete em especial ao Conselho do Governo apreciar as propostas de revisão e reprogramação do PRODERAM 2020;

Nestes termos, o Conselho do Governo reunido em plenário em 2 de fevereiro de 2017, resolveu:

- 1 - Dar parecer positivo à proposta de alteração do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM 2020), aprovada por consulta escrita no âmbito do Comité de Acompanhamento do PRODERAM 2020 de 29 de dezembro de 2016 e aprovada por Decisão de Execução da Comissão Europeia C (2017) 652 final de 30 de janeiro de 2017.
- 2 - A proposta mencionada anteriormente fica arquivada na Secretaria-Geral da Presidência em processo próprio.

Presidência do Governo Regional. O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque.

Resolução n.º 48/2017

Na União Europeia apenas as Regiões Ultraperiféricas, como a Madeira, são produtoras de banana. As produções destas regiões estão submetidas a uma permanente pressão por parte de países terceiros e por via de acordos da União Europeia, de que são exemplo a incorporação nestes acordos do maior produtor de banana do mundo, o Equador, cujas produções beneficiam de uma tarifa preferencial. Em 2016, estando as Instituições Europeias a negociar a adesão do Equador ao Acordo de Livre Comércio já existente com a Colômbia e o Peru, foi aproveitado o momento para efetuar uma revisão da regulamentação que aplica uma cláusula bilateral de salvaguarda e um mecanismo de estabilização para as bananas. No anterior acordo, determinadas disposições tinham por objetivo a proteção da produção

européia face a importações de países da América Central, que na prática se mostraram inadequadas para o cumprimento daquele objetivo, colocando assim em risco a manutenção da produção europeia. Deste modo, a revisão e melhoria destas disposições impunha-se.

Com o esforço comum das instituições envolvidas no referido processo de negociação, nomeadamente a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia, e de organismos competentes de Portugal e da Madeira, sendo de destacar o importante papel desempenhado pela XXI Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, que sob presidência da Madeira fez aprovar em Setembro de 2016 no Funchal documentos e posições formais onde se exigia àquelas instituições europeias a defesa das produções próprias neste sector, bem como das iniciativas que o Presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, desenvolveu no último ano junto do Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, do Presidente grupo parlamentar do PPE, Joseph Daul, e do Presidente da Associação de Produtores Europeus de Banana (APEB) Laurent de Meillac, conseguiu-se a aprovação de mecanismos preventivos eficazes para evitar a consumação de danos irreparáveis para a produção de banana nas Regiões Ultraperiféricas, quer no que isso possa representar em termos de efeitos para os produtores, mas também pelos efeitos colaterais negativos que ambientalmente e na paisagem uma devastação destas produções acarretaria.

A partir de agora, e a título de exemplo das conquistas alcançadas, sempre que a União Europeia importe mais de 80% dos volumes acordados com os países da América Central será acionada uma cláusula que suspende temporariamente o acordo comercial por forma a não prejudicar os produtores europeus de Banana. Por outro lado, ficará acordado em declaração comum da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, que se for constatada uma deterioração grave ou uma ameaça de deterioração grave da situação do mercado ou dos produtores europeus, serão ponderadas medidas adequadas, quer a prorrogação do mecanismo de estabilização para além de 2019 quer medidas compensatórias. Acresce que de acordo com a intenção de todas as Regiões Ultraperiféricas, a Comissão Europeia controlará trimestralmente o nível médio do preço da banana no mercado europeu tendo em vista acautelar as medidas necessárias à defesa da banana europeia.

Na RAM em 2016 foram comercializadas 20.291 toneladas de banana, mais 2.597 toneladas do que em 2015. A última vez que a barreira das 20 mil toneladas tinha sido ultrapassada remonta a 2003.

O Conselho do Governo reunido em plenário em 2 de fevereiro de 2017, resolveu:

1. Aprovar um voto de congratulação à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia, bem como a todos os intervenientes das diversas instâncias a nível regional, nacional e europeu que no processo de negociação conseguiram a aprovação de decisivos mecanismos de defesa da banana europeia e por conseguinte a manutenção dos postos de trabalho dos produtores.
2. Encarregar o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus de proceder ao envio desta resolução a todas as instituições e entidades pertinentes referidas no ponto anterior.

Presidência do Governo Regional. O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque.